



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1749/12	DATA: 05/12/2012
INÍCIO: 20h38min	TÉRMINO: 21h42min	DURAÇÃO: 01h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h04min	PÁGINAS: 25	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE SILVA BUENO - Superintendente da Polícia Rodoviária Federal.
MARISA DREYS - Inspetora da Polícia Rodoviária Federal.
EBENÉZER OLIVEIRA - Representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.
JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.
JOSÉ GERALDO CARVALHO - Comissário da Polícia Civil.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre a forma como vem trabalhando a Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na 5ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Fez uso da palavra durante a reunião a Sra. Elza de Fátima Ribeiro, assessora do Deputado Jean Wyllys.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Declaro aberta a audiência na 5ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal.

Estamos hoje com o Superintendente Alexandre Bueno, a Inspetora Marisa Dreys, Ebenézer, que está representando Graziela Costa, da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, e de Lima, que é o Chefe da 1ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal.

Nós já conhecemos o trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Temos acompanhado e na audiência pública com a Inspetora Marisa Dreys foi mostrada a forma como vem trabalhando a Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, com campanhas, combatendo os pontos de vulnerabilidade, mas nós gostaríamos de obter maiores esclarecimentos sobre esses pontos, que são chamados de pontos vulneráveis, apontados por V.Sas., e sobre como podemos continuar o trabalho efetivo nessas áreas para que não haja reincidência, e, no caso, também como fazer com que essas crianças que são tiradas das ruas tenham um acompanhamento, para que possam até retornar para os seus lares, e de que maneira nós podemos ajudar, como CPI, no Estado do Rio de Janeiro, nesta visita que nós estamos fazendo. Gostaríamos de ouvi-los.

Eu passo para palavra primeiramente para o Superintendente Alexandre Bueno.

O SR. ALEXANDRE SILVA BUENO - Boa noite a todos. Primeiramente, eu gostaria de dizer que é uma honra poder recebê-los aqui e podermos tratar de um assunto que é extremamente interessante para a Polícia Rodoviária Federal, dentro da sua gama de atribuições. Eu posso garantir que esse é um trabalho que nós fazemos aqui com muito empenho, e é prazeroso poder agir dessa forma, com essa garantia de direitos. Isso é fundamental. E, como foi dito, nós temos já feito trabalhos em relação a isso já há bastante tempo. Esses trabalhos estão sendo cada vez mais incrementados, produzindo-se diversos tipos de informações que podem ajudar em diversas ações que nós costumeiramente fazemos aqui. Na verdade, nós temos aqui o prazer de estar com Marisa conosco aqui, porque ela tem sido uma árdua trabalhadora em relação a esse tipo de projeto. Eu vou pedir, inclusive, até que ela possa participar mais diretamente aqui, conversar conosco, porque eu acho que ela



pode trazer uma gama de informações bastante interessantes, porque ela já vem, desde no início dos nossos trabalhos, posso dizer assim, já acompanhando e incrementando. Então, Marisa, eu vou passar-lhe a palavra para que possa esclarecer-nos um pouquinho e tentar, no que for possível, passar essas informações aqui, para incrementarmos essas ações.

A SRA. MARISA DREYS - Deputada, quero agradecer à senhora e a todas as pessoas que estão aqui presentes na CPI. É um prazer para a Polícia Rodoviária Federal recebê-los, a senhora, como Parlamentar, os demais, como acompanhantes e também, e principalmente, como sociedade civil. Algum tempo atrás, um dia já pudemos estar juntos, como Polícia e como povo, como pessoas. Este é um momento muito feliz para nós que estamos juntos neste momento, acompanhando de maneira bastante direta os trabalhos. Então, é um prazer para a Polícia recebê-los aqui na nossa casa. Com relação ao mapeamento, é com muita dedicação que nós víamos fazendo esse trabalho, em função de que é um trabalho pelo qual nós primamos, ao qual a Polícia Rodoviária se dedica. Por quê? Porque é um trabalho de defesa de direitos. As Polícias atualmente precisam e são as maiores promotoras dos direitos humanos e fundamentais. Como nós dissemos na CPI, na Assembleia, é preciso que haja um poder que delimite o direito de um em detrimento dos abusos de outros. Então, a Polícia está aí para isso, para fazer esse marco entre o que pode e o que não pode. Nesse aspecto, precisamos combater esse crime, essa ação criminosa, que, na verdade, é uma ação de violação de direitos fundamentais, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes. Para poder combater esse crime, que na verdade passa como transparente para as pessoas, porque é difícil; como não é um crime patrimonial, é difícil ver-se o resultado disso; isso não tem uma lógica de funcionamento de mercado, e não é uma mercadoria; é um “serviço”, entre aspas, um “serviço” criminoso, mas é um “serviço” que é vendido; então, é preciso que se trabalhe inicialmente com conhecimento, e foi buscando esse conhecimento que a Polícia começou a fazer o mapeamento dos pontos vulneráveis, para que pudéssemos combater esse crime. Esse mapeamento já vem sendo feito há 9 anos. Nós estamos na quinta edição do mapeamento. E o que nós estamos vendo? Nós policiais também estamos aprendendo com o mapeamento. Alguns pontos já foram mudados, já fizemos



algumas ações policiais que geraram flagrantes, e esses pontos acabaram saindo da situação de vulnerabilidade. Mas para as pessoas entenderem o que é um ponto vulnerável, é um ponto que reúne características, e algumas pessoas poderiam olhar para esse ponto e dizer: “Bom, esse ponto é suscetível de acontecer uma exploração”. Então, traçamos alguns indicadores, com a ajuda da Organização Internacional do Trabalho, da Secretaria de Direitos Humanos e demais parceiros. Esses pontos foram elencados como pontos onde não existe iluminação, pontos onde não existe vigilância privada, pontos onde há a prostituição, onde existe um alto trânsito de caminhoneiros. São pontos que levariam a uma situação de vulnerabilidade. Entretanto, é importante destacar que vulnerabilidade não significa que seja um ponto em que realmente aconteçam problemas. Então, acabaram sendo mapeados a partir de indicadores, que são esses de que eu acabei de falar e mais alguns outros, aos quais eram atribuídos pesos, alguns mais importantes, outros menos importantes. Daí, então, alcançamos a quantidade, na Região Sudeste, que eu lembro aqui de imediato, de cerca de 350 pontos vulneráveis. Esses foram divididos em críticos, de alto risco, de médio e de baixo risco, isso por uma gerenciadora de risco que foi contratada pela OIT. E assim nós tivemos estatisticamente uma divisão desses pontos. A partir daí fica mais fácil trabalhar, porque nós sabemos, de maneira mais imediata, onde nós podemos combater. Mas pela característica do crime, que acontece entre portas fechadas, entre quatro paredes, nós acreditamos também que o foco educacional é um foco em que nós podemos trabalhar, porque as pessoas recebem educação na escola, mas à questão criminal ou à questão que diz respeito à cidadania fundamentalmente nem sempre isso é dado. E a Polícia tem uma responsabilidade. Nós sentimo-nos pedagogos da cidadania também quando nós colocamos limites no agir das pessoas. Então, fazemos campanhas em postos de gasolina, com afixação de cartazes, distribuição de material informativo em escolas, com Conselhos Tutelares, visando esclarecer o que é e principalmente quebrando o paradigma de que ou o explorador ou... a palavra “abusador” não é mais tão usada, porque... podemos esclarecer aqui, Deputada?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim.



A SRA. MARISA DREYS - Tivemos o esclarecimento na CPI de que a palavra “abuso” é uma palavra inadequada, porque “usar” e “abusar”... “abusar” seria usar além do necessário. Mas quando nós estamos falando de adolescentes, de sexo com adolescentes, não é possível “usar”, então também não é possível “abusar”; a palavra seria “ofender”. Temos de quebrar essa ideia de que o ofensor ou o perpetrador desse crime seja um homem feio, um homem lobo mau. Não, ele não é. Ele é um homem normal que faz sexo com adolescente. Isso significa que ele também é um criminoso. Muitas vezes nós não o enxergamos dessa maneira, nem ele se enxerga. Então, são campanhas de esclarecimento que nós passamos visualmente, com a colocação de cartazes, mas também conversando com frentistas de postos de gasolina, no Projeto Rodovida, de que vamos começar a segunda edição agora, nos comandos de saúde, em que nós vamos aos postos de gasolina pelo menos uma vez a cada mês, em vários locais do Estado, e vamos esclarecendo as pessoas. Assim nós pensamos estar contribuindo de alguma maneira para isso. Agora, Deputada, aproveitando que nós já estamos aqui, trazendo à reflexão um problema que muito nos faz pensar, em algumas oportunidades nós já tivemos de resgatar, de acolher essas adolescentes. Num primeiro momento elas foram encaminhadas à DPCA, à delegacia, mas um questionamento que elas sempre nos faziam era: “O que vai acontecer comigo? Para onde eu vou?” Inicialmente nós cumprimos o nosso papel, continuamos cumprindo, encaminhando-as à delegacia, mas nós sabemos que precisamos, para além da nossa condição de policiais, pensar em como prover melhor casas de acolhimento para essas adolescentes, cursos técnicos profissionalizantes, um horizonte de vida que essas pessoas possam ter, uma vez que a experiência que tiveram até então foi uma experiência muito negativa. Então, aproveito este momento para trazer esta reflexão em si. Se não tiver respondido ainda algum item...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, esse também sempre foi o meu sentimento em relação ao Rio de Janeiro, e, conhecendo agora a realidade dos outros Estados, é também o sentimento de muitos atores que são ligados à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Acontece que alguns acham que não seria bom esse tipo de acolhimento, porque estaria marginalizando mais uma vez a criança e o adolescente. Mas seria uma casa de passagem.



Foi em Recife que havia aquele projeto? (*Pausa.*) Então, há um projeto que é modelo, chamado Vira Vida. Há em vários locais e tudo. Seria também até para imitar esse projeto, trazer o projeto para o Rio de Janeiro, mas é de uma ONG. Poderia ser uma iniciativa tanto municipal como estadual fazer essas casas de passagem. Ali eles fixam uma faixa etária. Eles aceitam essas adolescentes. Eles aceitam a partir dos 14 anos, porque eles fazem com que essa adolescente volte para a escola. E há todo um trabalho para inseri-la no mercado de trabalho. Eles fazem algumas exigências nessa questão. Eles não pegam qualquer menina, não. Então, ela tem de ter um pouco de estudo. Mas é um projeto que vale a pena conhecer.

Agora, aqui nós não temos nem abrigos para colocar essas crianças que se tiram da rua, vítimas das drogas. Elas estão aí, todas empilhadas. Isso aí é um sentimento até da Juíza da Vara da Infância, que estava conversando conosco. Seria preciso investir mais nessa área. E poderia haver uma casa de passagem, poderia ser uma casa de passagem onde essas meninas ali tivessem um atendimento psicológico, que elas tivessem um acolhimento e também ali elas pudessem fazer um curso, dali sair para fazer um curso, uma capacitação, inseri-las no mercado de trabalho. Eu acho que seria uma solução.

Eu conversei com algumas meninas prostituídas em Recife. Elas chegaram a chorar e conversaram comigo assim: “Mas para onde eu vou voltar? Eu fui abusada sexualmente aos 6 anos de idade pelo meu pai. Todas as vezes que eu volto para casa, ele quer ter sexo comigo. Eu não posso voltar para casa. Aí vim para as ruas e aí acabei me viciando em drogas. Comecei com a maconha e agora estou no *crack*. Eu quero me livrar do *crack*, eu não quero mais essa vida. Mas para onde eu vou? O que eu vou fazer? Eu vou ser humilhada aí, dentro de um lugar que tem pessoas piores do que eu?” Então, eu fiquei pensando naquilo, e eu disse: “Meu Deus, a gente se sente impotente numa hora dessa, como Parlamentar e tudo, a gente...” Eu senti-me impotente em relação a isso. Aí conversei com o Juiz da Vara da Infância que estava acompanhando-nos. Ele falou assim: “É verdade. Eu, quando vejo essas meninas assim, quando chega um auto lá, eu mando soltar, eu não tenho como... Eu também me sinto impotente em relação a isso.”



Então, é uma das grandes demandas que nós vamos ter que vencer. É a demanda do Brasil inteiro. Então, é difícil isso, porque o Governo tinha aquele Projeto Sentinela, que ajudava bastante, mas também... Acho que funciona aqui no Estado... Só dois que ainda tem e que não foram extintos, é isso? Nos Direitos Humanos, é? O Projeto Sentinela? São só dois. Não é isso que está funcionando ainda?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu não sei direito, mas acho que foi essa a informação na audiência pública.

Mas vamos continuar, ver o que nós podemos avançar enquanto CPI. É uma das propostas que vamos fazer no relatório final; vamos estudar esse projeto Vira Vida para que seja modelo, um modelo, porque, como se diz, tudo se imita, e ele deu certo. Então, podemos imitar esse projeto e apresentá-lo no relatório final.

A SRA. MARISA DREYS - Deputada, hoje vínhamos, antes de a senhora chegar, debatendo aqui na Polícia Rodoviária, eu, o inspetor De Lima, o inspetor Bueno, e nós pensamos em propor também um fortalecimento dos Conselhos Tutelares no sentido de que eles precisam ter mais estrutura, inclusive para um funcionamento efetivo 24 horas, porque em muitos momentos nós necessitamos da presença do Conselho, até para não haver uma questão da revitimização dessa adolescente que está sendo explorada, porque muitas vezes a adolescente acha que está sendo presa, porque ela é abordada por um policial. E nós precisamos quebrar esse paradigma, porque, se ela for revitimizada, de que maneira ela vai... É claro, ela vai ser abordada com respeito, mas ela vai entrar numa viatura policial. É sempre muito questionável. Onde nós vamos levar essa adolescente? Se for uma situação de emergência nós levamos, mas, se não for, ela vai para as nossas delegacias, um ambiente plenamente masculino? Ainda que seja perfeitamente respeitoso, mas é masculino. Nós não temos essa infraestrutura. Então, muitas vezes seria necessário que esses conselheiros fossem... tivessem a estrutura, que a gente pudesse alcançá-los, para que eles viessem a acolher essas meninas. Também debatemos há poucos instantes... Fala-se muito nas parcerias público-privadas, e a gente vai muito fazer palestras no Sistema S, no SEST, SENAT. Nós percebemos muitos jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz, mas eles



entram no SEST/SENAT através das empresas signatárias. Ficamos pensando, não sei se isso é possível, mas talvez uma proposta de convênio ou de acordo de cooperação técnica do Governo Federal, de alguma maneira, para inserir essa jovem explorada prioritariamente dentro do Programa Jovem Aprendiz, porque não adianta tirar a jovem da rua e não oferecer a ela uma perspectiva de geração de renda, porque, mal ou bem, é a renda que ela tem. Ela nos olha com olhos tristes e nos questiona, e nós como policiais dizemos: “Você tem outras oportunidades”. E ela nos pergunta: “Quais?” Nós fazemos o nosso papel, chamamos o Conselho Tutelar e a levamos às vezes à DPCA. Mas, como seres humanos, nós gostaríamos de poder fazer mais, de ir mais além e ter mais respostas. E aí pensamos em propor mais essa reflexão para a CPI, sabendo que a senhora é também uma grande lutadora nessa área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, querida. É muito interessante. Seria um acordo de cooperação técnica dentro do Jovem Aprendiz. Vamos acatar. É uma boa ideia.

Eu queria registrar a presença do policial rodoviário federal Barroso, representante do Chefe do Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal, o inspetor Casimiro. Obrigada pela sua presença.

Bem, então, nessa questão, eu gostaria de saber dessa campanha que vocês estão fazendo, há quanto tempo... Eu vi ali. É o McDonald's que está ajudando, que é um dos patrocinadores?

A SRA. MARISA DREYS - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Que bom! Quem são os patrocinadores que ajudam? Quem pode falar dessa campanha? É você mesma, Marisa?

A SRA. MARISA DREYS - A cargo da Comissão de Direitos Humanos é que ficam essas ações. Os demais policiais trabalham nas ações repressivas. Então, acaba havendo um acúmulo de informações aqui na Presidência. Mas, brevemente, quando chegarmos ali nas ações repressivas, terão as respostas mais imediatas. Mas, enfim, é um acordo de cooperação técnica que nós temos com o Ministério Público do Trabalho. Esse patrocínio do McDonald's veio através deles ou do fórum paulista — eu não sei exatamente de qual dos parceiros foi. E nós entramos com o



apoio, que é exatamente a distribuição, nos Conselhos Tutelares, e principalmente nos postos de gasolina.

Deputada, quando os nossos policiais estão colando esses cartazes nos postos, a senhora imagina, como cidadã e como qualquer outra pessoa, entrar um policial uniformizado, fardado, num posto e colar um cartaz. Todo o mundo quer saber o que é. Então é bom, porque isso acaba sendo uma estratégia de aproximação nossa, porque ainda está difícil a gente quebrar o paradigma dos tempos de uma polícia dominadora, de uma polícia de Estado. As pessoas ainda temem a Polícia pelo lado, vamos dizer, ruim. Quando a gente está colando um cartaz que está falando num programa e de 10 anos no xadrez, as pessoas se animam e perguntam... Normalmente a gente não gosta muito, Deputada, mas eles perguntam assim: “O que é isso, seu guarda?” E aí a gente para, para explicar. E é incrível como as dúvidas são muitas. Eles perguntam: “Mas eu posso namorar uma menina de 15 anos?” “Não, mas eu não estou fazendo nada. Eu só estou namorando. Eu gosto dela. Eu vou casar com ela, mas ela só tem 13 anos.” Aí o policial só falta cair para trás. “Não, espere aí, não pode. Olhe, isso é crime.” Enfim... mas é bom, porque traz um esclarecimento à população de que realmente muitos não têm, traz o assunto à discussão, e a gente acaba também tendo denúncias. Não é muito comum, mas a gente tem denúncias, a gente vai verificar. Temos trabalhado bastante nesse sentido, por essa aproximação com a população.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Alguém quer fazer alguma colocação? Nós estamos ali com assessores do Deputado Jean Wyllys — vocês querem falar alguma coisa, fazer alguma colocação? — e também da Secretaria dos Direitos Humanos. Você tem alguma colocação para fazer, por favor?

O SR. EBENÉZER OLIVEIRA - Boa noite a todos e a todos. Eu represento a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Queria cumprimentar a Deputada Liliam Sá por esta audiência e agradecer o convite para estarmos presentes aqui. Eu queria apenas complementar que um resultado prático da CPI, aqui no Rio de Janeiro, até agradecendo a vinda da CPI para o Rio de Janeiro, é o estreitamento da relação entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Polícia Rodoviária Federal. Nós temos o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, até a superintendente Graziela falou sobre isso na outra



audiência pública. Nós temos o Comitê, e a Polícia Rodoviária Federal tem assento nesse Comitê. A gente vinha aí tentando uma aproximação, e a Polícia Rodoviária Federal, até por desconhecimento nosso, tem toda uma ação já, tem todo um trabalho em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas superinteressante, superimportante para o Estado e para a população. A gente desconhecia esse trabalho; conhecia assim, de longe, mas não as pessoas de próximo. Através da CPI, pudemos nos conhecer e estreitar essa relação. Estamos hoje aqui presentes nesta nova audiência e, a partir de então, vamos desenvolver um trabalho em conjunto, através do Comitê e através das nossas ações do Núcleo, através das ações da própria Polícia Rodoviária que possamos apoiar. Então, esse é um resultado prático da CPI, que foi em função do fato de a CPI ter vindo para cá, que a gente pode aproximar parceiros, entender um pouco o trabalho dos atores locais, que estão desenvolvendo o seu trabalho com afinco. Às vezes falta apenas um contato e um conhecimento. Esse é o resultado prático da CPI, e a gente também se coloca à disposição da CPI para maiores informações, maiores esclarecimentos. No que precisar do Núcleo e da Secretaria estamos à disposição da CPI, não só hoje, mas em qualquer momento, em qualquer tempo, para podermos contribuir com o andamento da CPI nos próximos passos e nas próximas atividades que serão desenvolvidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso é muito bom, porque a Secretaria de Direitos Humanos é muito importante em relação à nossa luta, direitos humanos, também a essa aproximação com o Governo Federal. Fica muito mais fácil para a gente quando tem algum tipo de ação. Então, esse estreitamento de relações foi muito bom.

O SR. EBENÉZER OLIVEIRA - Nós acreditamos nisso, acreditamos que o enfrentamento ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e adolescentes é feito em rede. Não é possível ser feito de outra maneira. Um só ator não consegue desenvolver todo o trabalho, e sim a rede toda articulada, comunicando-se, desenvolvendo ações em conjunto nas esferas de poder. Não é só o Estado imaginar que vai conseguir alcançar todos os Municípios. Não vai. O Governo Federal também não vai conseguir fazer isso, a menos que os parceiros locais e os diversos atores espalhados nas suas atividades possam, em conjunto,



articular-se e desenvolver as ações. Sem dúvida, a gente acha muito importante essa parceira. A partir dessa vinda da CPI, o conhecimento pessoal até — vínhamos conversando sobre isso —, a gente acaba podendo trocar informações mais diretamente com as assessorias, com a própria CPI e com os outros parceiros. Então, acreditamos que é um processo que só tende a crescer e a melhorar, o enfrentamento a isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem algum projeto da Secretaria para ser lançado em relação aos grandes eventos que vão acontecer? Vocês estão com algum planejamento, com algumas parcerias em relação a isso?

O SR. EBENÉZER OLIVEIRA - É muito interessante. Esta semana, inclusive, estamos desenvolvendo um planejamento para o ano de 2013, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sabemos que no ano de 2013 temos a Copa das Confederações. Temos também, em 2014, a Copa do Mundo e, em 2016, as Olimpíadas. Mas em 2013 temos dois grandes eventos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A Jornada da Juventude Católica.

O SR. EBENÉZER OLIVEIRA - A Jornada da Juventude Católica, exatamente, que, na verdade, concentra mais pessoas do que a própria Copa do Mundo, do que a própria Olimpíada. É um evento muito maior, e às vezes não é tão citado. Então, estamos fazendo um planejamento para 2013. Queremos fazer intervenções e campanhas específicas em relação ao tráfico de pessoas nesses grandes eventos, com campanhas de rua, podendo gerar sensibilização, conscientização em relação ao problema; divulgar o nosso Disque-Denúncia, que é um número daqui do Estado do Rio de Janeiro, que é importante, que acolhe e recebe denúncias de todo tipo de evento, não só criminalidade, mas outros eventos que são colocados ali. Então, estamos planejando para 2013, nesses dois eventos, campanhas específicas em relação a essa temática de direitos humanos, enfrentamento ao tráfico de pessoas, exploração sexual de adolescentes e crianças na rua; projetos mesmo de grande monta na rua, colocando voluntários, tentando desenvolver uma ação mais efetiva de sensibilização durante esse período, que é um período muito fértil, porque circula muita gente, gente de outros Estados e outros países, pessoas que podem depois difundir essa informação. Então, pretendemos,



sim... Estamos planejando, ainda não temos nada muito estruturado, mas no início do ano vamos ter isso mais esquematizado e mais organizado para desenvolver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada. Vamos contar com o apoio de vocês, porque vai ser uma loucura esta cidade.

O SR. EBENÉZER OLIVEIRA - Agradecemos também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de fazer mais uma pergunta para finalizar essa questão dos pontos vulneráveis. Quais são ainda os pontos que faltam ser checados por vocês? Todos já foram? Tem algum impedimento? Ou vocês já fizeram todo o trabalho naqueles pontos que foram mapeados, de vulnerabilidade?

A SRA. MARISA DREYS - Na verdade, é um trabalho contínuo. Ele tem um marco teórico, um marco formal, que é o momento em que a gente faz esse apontamento, mas ele não é estático, porque ele tem que ser publicado. Então, no momento da publicação, existem determinados pontos. Mas nós continuamos monitorando a rodovia para que possamos acompanhar esses mesmos pontos e outros que venham a surgir, porque a sociedade é muito dinâmica e a questão da criminalidade também é muito dinâmica. Então, se fiscalizamos muito um local, esse ponto se muda. Comparando o mapeamento de um ano com o outro, a gente repara que alguns pontos não aparecem mais como vulneráveis, porque deixaram de atender àqueles indicadores, e passaram a aparecer outros, ou porque, no exemplo de ser um posto de gasolina, mudou de dono, ou porque foi abandonado, ou aquele posto teve algum problema, ou mudou de atribuição, era um posto que tinha dormida e deixou de ter dormida, e assim por diante. Então, é um trabalho contínuo, tem que ser dedicado. Os chefes das delegacias, como é o caso do inspetor De Lima, acompanham detalhadamente para que a gente esteja sempre atualizado nesses pontos, não é? Agora, como a publicação é feita de 2 em 2 anos, ocorre que, nesse ínterim, temos pontos até mesmo onde pode haver alguma ação e que não estejam presentes no mapeamento. Então, ele é importante, ele é um marco, é para ser discutido para que as características desses pontos sejam conhecidas. Mas nós trabalhamos também para além desses pontos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - E a maior demanda, De Lima, da delegacia? Qual é a maior demanda nessa questão da criança e do adolescente?



O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Na região metropolitana aqui, nós temos a vantagem de ter a DPCA como um socorro. Isso não acontece no resto do Estado e, que dirá, em outras regiões do País. A gente já trabalhou em vários Estados da Federação onde não temos delegacias especializadas, como acontece aqui. Principalmente. Como eu citei aqui, como Marisa citou, nós não temos um Conselho Tutelar, não é nem 24 horas, não existe a figura do Conselho Tutelar em várias partes do País. Então, isso é um problema com relação não só ao crime, mas ao depois dele, porque, às vezes, você encontra a menina jogada, ela não pegou nenhum flagrante, mas você precisa dar um encaminhamento para ela, e aí você não encontra esse suporte. Isso é um problema em nível nacional. No Rio de Janeiro, a gente encontra esse problema principalmente na área noturna. Mas o Conselho Tutelar aqui é bem atuante, principalmente na região metropolitana.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - E a DCAV, a Delegacia da Criança e Adolescente Vítima, que também pode dar apoio, não funciona 24 horas?

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Sim, é um outro problema, mas aí a gente supre... Em matéria de Polícia Civil, a gente supre com a capital. O problema é no interior. A gente nota até com as DEAMs que foram criadas... Reduziu em alguns lugares. A gente participa dos Conselhos Municipais de Segurança e dos GMs, os Gabinetes Municipais, e todo o mundo vai em busca da Delegacia da Mulher. Com esse trabalho talvez, com a divulgação desse trabalho, a gente consiga também aumentar a quantidade de delegacias especializadas no combate a crimes contra crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Essas DEAMs não poderiam ser divididas para atender a mulher?

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Já é uma dificuldade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Já é uma dificuldade para a mulher...

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - É uma dificuldade de gente especializada para trabalhar nesse local com as mulheres.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Poderiam colocar um polo de atendimento dentro das DEAMs, não é?

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Sim, talvez até atendesse a mãe e a filha.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - A mãe e a filha seria melhor. Eu acho que isso seria uma boa sugestão.

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - A gente entende que essa dificuldade no trato com a criança... A gente busca aqui, incessantemente, o treinamento. Isso tem que ser repassado. Na verdade, o que a gente está fazendo aqui é uma coisa que a instituição se propôs a fazer. Tem que ser mais bem treinado e capacitado para isso todo policial, e não só o policial rodoviário federal, que buscou esse caminho, mas também precisamos, dentro da nossa instituição, capacitar melhor os policiais. Muitos têm vocação, mas a gente tem que aprender a lidar com isso não só na parte legal, mas na parte psicológica, na parte do trato com essa criança, principalmente com a mulher adolescente. Isso é fundamental para que a gente trate melhor, resolva esse problema. Como a Marisa disse, acaba que o poder policial abraça essa situação, que deveria ser do Conselho Tutelar ou de uma ONG especializada que o pudesse encaminhar. A gente fica procurando e, muitas das vezes, não sabe nem como conversar. As pessoas vão na boa intenção, mas, a gente precisa, na verdade, é capacitar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Superintendente Alexandre Bueno, nessa questão da capacitação dos policiais, nós estivemos com a Chefe da Polícia Civil, Martha Rocha, e ela disse que vai promover um curso de capacitação, no curso que ela já dá normalmente para os policiais, mas vai incluir a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Seria possível fazer isso com a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. ALEXANDRE SILVA BUENO - Não. Sem dúvida. Eu acho que esse é um ponto de suma importância, não é? Na verdade, esses cursos ocorrem durante a formação do policial, mas isso deve ser uma matéria que deve ser discutida — não é, Marisa? — nos demais cursos que nós promovemos aqui frequentemente, sempre havia a possibilidade dessa inclusão.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Mas teria de ser já uma matéria dentro dos cursos para capacitar e receber os novos policiais.

O SR. ALEXANDRE SILVA BUENO - Sim, isso, muito embora nós possamos... Eu acho que sempre se pode melhorar isso. Eu acho que nós podemos incrementar, obviamente, isso durante uma matéria de diversos cursos. Nós podemos incluir uma cadeira, uma matéria específica que trate dessa questão dentro dos diversos cursos que nós promovemos.

A SRA. MARISA DREYS - É que, na verdade, a Polícia Rodoviária Federal tem grande apreço pelo ensino de Direitos Humanos. Então, a gente tem, de maneira muito presente, com 12 horas aula, o que é bastante para Direitos Humanos na formação do policial. Mas nós atendemos, nós seguimos a legislação que diz que, em todo e qualquer curso de capacitação de policial — tiro, abordagem, manutenção ou o que quer que seja —, tem de estar presente a matéria Direitos Humanos. E a gente preza muito por isso. No entanto, a matéria Direitos Humanos pode estar presente de várias maneiras, não é? A gente foca bastante na questão do uso seletivo da força, porque é importantíssimo para nós e também para a população, para a expressão do policial diante da população. A gente trabalha muito em ações contra o racismo, preconceito étnico-racial, preconceito contra orientação sexual. A gente também tem bastante trabalho nessa área. A exploração sexual de crianças e adolescentes na formação policial têm cadeiras específicas. No entanto, nós podemos nesses outros cursos trazer uma luz maior, trazer um foco maior sobre esse assunto a partir de então. Reavaliando a própria estrutura da matéria Direitos Humanos. A gente pode, sim, focar de outra maneira, não é, Superintendente?

O SR. ALEXANDRE SILVA BUENO - Sem dúvida. Eu pude perceber também outras ações que nós tivemos há pouco tempo aqui em relação à segurança pública, que a mídia deixou bastante claro, foi que um grande ganho que nós tivemos em relação a isso, foi essa relação de multiparceiros, esse estreitamento de relações que nós tivemos aqui com diversos órgãos de segurança pública e outras instituições. E nós percebemos que as coisas começaram a fluir de uma forma muito mais concreta, muito mais fácil, não é? Eu acredito que, como a Dra. Martha Rocha disse — eu tenho o prazer de conhecê-la, nós conversamos bastante em relação a isso —, esses cursos que são de instituições diversas,



obviamente, podem ser estendidos a todas as outras instituições que têm esse interesse. Para que isso ocorra, eu acho que essa questão que o colega colocou é fundamental: essa multiparceria, essa relação entre todos os órgãos de uma forma mais próxima. Então, eu acho que talvez a gente possa colher, digamos, essa coisa grata que tivemos aí na segurança pública também em relação à questão dos direitos humanos. Eu acho que essas comissões multi-institucionais devem existir, porque isso fomenta as suas ações, facilita as ações, a troca de informações, a troca de conhecimento também com os diversos cursos que podemos promover, não é? Eu acho que esse é um grande interesse, que nós possamos estar mais próximos nessas ações para que elas sejam bem mais efetivas, e certamente serão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Inspetor Lima.

O SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Há outro detalhe: a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro foi muito feliz. A gente fala do programa das UPPs, e na verdade o programa é maior que esse. Ele é um programa de metas, de redução de alguns crimes principalmente. Isso é fundamental nesse tipo de crime. A gente já tem o mapeamento e a gente precisa, além do acompanhamento, ter como mensurar isso. Isso é fundamental, se a gente está reduzindo, se o caminho está bom ou não. Então, a gente precisa estipular metas, aonde a gente quer chegar e, principalmente, reduzi-las a cada ano ou a cada semestre com um programa mais intensivo. Se a gente quer atuar em qualquer tipo de crime. Isso já aconteceu em São Paulo e aqui no Rio de Janeiro agora vem sendo estudado. Outros países têm vindo à Secretaria de Segurança do Rio — é uma parceira nossa — e a gente vem notando que esse sistema de metas faz com que todo o órgão se mexa, todo o mundo cumpra. Isso é fundamental. É claro que eles fazem isso, têm estímulos financeiros, mas é um programa e, no fundo, no fundo, precisamos pensar em relação a isso, expor as metas, o que a gente já mapeou, quantas ocorrências a gente tem e quantas a gente quer atingir a cada ano. É difícil até falar, porque a gente fala assim: eu não queria que acontecesse nada, mas a gente, que lida com isso todo dia, sabe que vai acontecer e precisa estipular certas ações para que aquela meta seja atingida.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Isso é muito importante, porque fazendo assim vocês vão ter o diagnóstico da situação, num todo.



Elza Ribeiro quer fazer uma pergunta. Fale ao microfone, Elza, por favor.

A SRA. ELZA DE FÁTIMA RIBEIRO - Gostaria de saber quais são as ONGs, se existem, que estão trabalhando com as adolescentes que são retiradas dos pontos de vulnerabilidade.

A SRA. MARISA DREYS - Por acordo de cooperação, a gente só tem uma ONG que nos apoia, que é a Childhood, e ela não nos apoia dessa maneira, e sim gerando conhecimento e material informativo, e nos apoia também com cursos, ajudando-nos a promover campanhas internas e as comissões de direitos humanos aqui. Mas a gente quer deixar claro e aberto que a gente recebe de braços abertos todos os representantes da sociedade civil que quiserem entrar nesse enfrentamento, junto com a Polícia Rodoviária Federal, nesse aspecto e em todos os outros que envolvam direitos humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Na verdade, não tem lugar para se levar as meninas, porque levam para o Conselho Tutelar e o Conselho Tutelar leva para o abrigo. Chega ao abrigo, se o abrigo está lotado, ela também não tem obrigação de ficar, ela pode sair novamente para as ruas. Então, não tem um tratamento, não passa pelo psicólogo, pela assistente social. Não tem nada. Então, essa é a reclamação em todo o Brasil, em todos os Estados que estamos passando é a mesma reclamação de todas as políticas e também do Ministério Público. E nós vamos ter que dar um jeito nisso, ver se a Presidenta Dilma, quando a gente apresentar o relatório final, ela pode fazer, através de decreto, e montar uma rede nacional de proteção a essas meninas e esses meninos também que estão aí sendo vítimas de exploradores, querendo sair e não conseguem, porque não existe nenhuma esperança. É muito triste isto, saber que aquele sonho daquele adolescente, daquela menina foi roubado e ela de repente tem esperança de ter uma vida melhor, de ter até uma família e não saber, não ter perspectiva nenhuma, não ter perspectiva nenhuma. Ela fica naquela situação, ela acha que o mundo acabou e que tem que ser assim mesmo e que a vida é essa. E quando a gente se depara com um problema desses, não sei se vocês que estão acompanhando, se vocês já chegaram a conversar com meninas nessa situação... Você se sente assim impotente, porque você quer resolver, você queria dar esperança, você, sabe, quer tirar, você quer transformar a vida daquele ser e você não pode, você não tem



caminhos, não tem mecanismo. Às vezes você consegue salvar uma ou outra, porque através de conhecimentos você começa a trabalhar, mas são milhares.

A SRA. MARISA DREYS - Deputada, eu gostaria de externar aqui que gosto muito dessa abordagem que a senhora fez porque, quando nós falamos de atividade criminosa, quando a gente tem um explorador, um agenciador, a coisa fica fácil de ser vista. Essa menina não tem liberdade. Mas a gente sabe muito bem que não é assim na maioria das vezes, que essa menina se entrega a pessoas, mais uma vez, assustadoramente normais, homens que podem estar em qualquer lugar, podem ser nossos conhecidos, nossos vizinhos, e fazem sexo com meninas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Até nossos irmãos, não é?

A SRA. MARISA DREYS - Pois é. Então, que fazem sexo com meninas e que muitas vezes, pelo relato desses homens, e que não dizem, é lógico, no momento em que são apanhados, e que falam: "Olhe, mas eu não forcei ninguém. Ela queria". E o consentimento não exclui o crime. E ele acha muitas vezes que está ajudando essa menina porque ele também não tem esclarecimento. E muitas vezes nem ele sabe que ela é assim uma menina, porque diz: "Olhe, mas ela sabe fazer isso e aquilo". Mas é claro, porque uma pessoa que está fazendo alguma coisa reiteradamente há 5 anos acaba desempenhando essa tarefa, ainda que seja uma técnica, uma tarefa física de maneira técnica, mas evidentemente ela ainda não tem ainda idade para perceber o mal que faz a ela própria, a seu corpo, a seu psicológico, a sua dignidade como ser humano. E o que é que nós podemos atualmente oferecer a ela? E está sendo muito interessante discutir isso aqui num ambiente policial. Isso que é o mais bacana. Nós estamos aqui pensando na vítima. E muito se fala do criminoso. E essa vítima? É o que nós estamos pensando em conjunto. Eu queria agradecer a sua colocação e a sua forma de conduzir, porque é exatamente esse o cerne do problema.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - É. É um grande problema. Mas vamos trabalhando que um dia nós vamos chegar lá. O Brasil, acho, que não estava preparado para essa realidade que nós estamos vivendo. Há até pouco tempo se falar de abuso sexual era tabu. Eu, quando comecei a falar em pedofilia, queriam até me linchar. As pessoas ficavam horrorizadas, achavam que aquilo não ia atingir nunca alguém da sua casa, da sua família, que isso só acontecia com pessoas que



estavam em extrema pobreza, com crianças que viviam em favelas, nas comunidades carentes.

Então, com o crescimento, com a força que foram tomando esses movimentos sociais de combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, e o trabalho incansável também, vamos falar da Ministra Maria do Rosário, da Patrícia Saboya, que começaram a fazer... Fizeram essa CPI, a primeira CPI — esta é a segunda — a questão também da CPI da Pedofilia. Então, colocaram às claras para o Brasil inteiro a realidade de nossas crianças e adolescentes. Aí, sim, as famílias começaram a se ligar no problema.

A questão de terem aumentado as denúncias pelo Disque-Denúncia, não é que tenha aumentado o problema, o abuso. Tem muito abuso, mas também as pessoas começam a abrir a boca e a denunciar, porque campanhas como essa, um programa, 10 anos no xadrez, um programa e 10 anos no xadrez, isso é muito forte. Isso é muito forte. O cara olhou ali, um programa, 10 anos no xadrez, o cara já se liga de que ele vai para a cadeia se ele for pego. Então, e as outras pessoas que estão ali, vão olhar e vão dizer: vou denunciar. O que está faltando aqui, não só aqui, deveria também ter não só o Disque 100, mas o Disque-Denúncia também, uma coisa mais perto, o 180, o Disque-Mulher, é que colocassem uns atores para ajudar também nessa campanha ou o que sobrou. Aqui há espaço para botar os patrocinadores aqui e ajudar nisso aqui.

A SRA. MARISA DREYS - É, a gente escreve aqui. Compilou, nós escrevemos o 191 da Polícia Rodoviária.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - O 191, da Polícia Rodoviária, está faltando também.

A SRA. MARISA DREYS - E “denuncie” bem grande.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - E “denuncie” bem grande, porque ali faltou essa palavra: denunciar. Porque ali está fazendo algum programa, 10 anos, está alertando, mas falta como denunciar. A denúncia ficou pequenininha. “Denuncie, Disque 100 ou acesse o *site*”. Então, é complicado a gente lidar com essa questão, mas nós estamos caminhando, caminhando, não é?

Muita gente boa fazendo um bom trabalho, os Promotores da Infância e Juventude, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e, saibam, a sociedade civil.



Nós estamos aí. Então, vamos trabalhar, e o trabalho da Polícia Rodoviária Federal é um trabalho importantíssimo. Se não fossem vocês, como é que a gente ia estar checando, tendo uma noção desses pontos de vulnerabilidade, quem são, aonde estão? Então, eu parabenizo-os pelo trabalho de vocês, porque... E pela disponibilidade de estar até uma hora dessas, quase 10 horas da noite, aqui prestando auxílio à CPI da Exploração Sexual infanto-juvenil.

Quero agradecer ao Superintendente Alexandre Bueno, e eu não gravei o nome... esperem aí, Barroso, o Policial Barroso, em nome dos outros policiais que estão aqui. São inspetores ou são policiais? Os inspetores... Ah, da DPCA. Por que não participou com a gente aqui? Eu não sabia. Está participando. Querem dizer alguma coisa, acrescentar alguma coisa do trabalho da DPCA?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Quero.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Pois não, por favor, chegue aqui. Como é que é seu nome? Pode dizer. Francisco, o DPCA estava presente. Então, qual é o seu nome?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Inspetor? Comissário Carvalho.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Eu vim representando a Dra. Bárbara, que não pôde vir.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - A Dra. Bárbara. Mas vocês são parceiros, junto com a Polícia Rodoviária Federal. E esse trabalho conjunto, o que vocês podem falar dessa questão do acolhimento, quando vocês fazem a triagem? Porque vocês também trabalham com o menor infrator. Não deixa de ser também, porque acontece quando eles acolhem, também estão envolvidos com drogas e outras coisas. Isso é constante? Vocês têm algum tipo, assim, de... O trabalho deles é diferente do de vocês. Vocês só são um braço direito que ajuda nessa questão.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Não, porque na verdade, a gente não recebe mais. Atualmente a gente está fazendo mais um recebimento. Mas eu concordo com tudo que foi dito, a dificuldade é enorme, porque você não tem para onde encaminhar os menores, você encaminha para os centros e abrigos, que, na verdade, não são solução, como nós sabemos. E a gente fala muito isso lá, que a gente fica enxugando gelo, porque você acaba não tendo como dar solução para o



problema dos menores. A gente reclama muito, a gente trabalha muito com a parte de furto e roubo dos menores, que é o que mais acontece, mas essa parte sexual tem bastante coisa também, mas não é tão a nossa função direta, assim, porque é uma coisa mais fechada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Acho que muitas adolescentes que estão sendo vítimas de exploração sexual e que também têm envolvimento nessa questão de furto, de roubo, envolvimento com drogas.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Tem muita menina, tem muita garota, muita garota, chega muita menina lá, envolvidas com tráfico, envolvidas com furto e também com a parte sexual. Inclusive, estamos lá com um trabalho também sobre meninas, que nós estamos fazendo levantamento ainda. Elas disseram que se prostituíam lá na zona, na Mimosa. Mas é...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Meninas na Mimosa? Qual idade?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Quatorze anos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Na Vila Mimosa?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É. Só que não chegou a ser comprovado ainda. Nós estamos fazendo um levantamento na DPCA.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Tem de fazer um levantamento lá, hein?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Vocês já deram uma batida lá?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Não. A gente já está armando isso pra fazer um trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Tem que armar um golpe lá na Vila Mimosa.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Porque não é a primeira denúncia. Já é a terceira denúncia que nós temos, não é Maristela?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - A gente está de olho nisso, lá, fazendo um trabalho. Vamos ver o que a gente pode fazer em termos de fazer esse levantamento com bastante firmeza, porque não adianta você chegar lá de supetão



assim, que não vai pegar nada. É a pura verdade! A gente chega, a gente vai lá na rua Ceará, a gente chega lá está cheio de coisas, e tudo, mas você chega para pegar um menor, você não pega um menor.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Mas precisa de serviço da inteligência. Vocês tem que ir lá como cliente, procurar, ficar lá olhando. Ai vai um dia, vai outro e tal.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Tem que fazer um trabalho legal. A gente já está programando isso. A gente está fazendo um trabalho lá muito grande hoje, que era para ser feito agora no final de dezembro, mas é trafico, um trabalho enorme que a gente está fazendo. A gente tem pouca gente no DPCA, a verdade é essa, o efetivo é pequeno. A gente quer fazer coisas, mas às vezes não dá para desenvolver, justamente por você não ter...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Quantas viaturas vocês tem?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Viaturas nós temos três Tiidas, uma Frontier e duas Blazeres que funcionam mais ou menos. Só os Tiidas e a Frontier que são novos, não é? O resto é tudo ferrado. *(Risos.)* Tudo carro velho.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - E o resto é carro velho?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É Gol velho. Tudo velho! *(Risos.)* Estado é isso, não é? *(Risos.)* Não é isso? É o Estado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Ai, meu Deus do céu! Não tem direção.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É aquilo que a senhora disse: por que até hoje não tomaram providências de criar alguma coisa que resolva o problema das crianças?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - É.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Não é verdade? Nós não temos isso no País. A senhora está brigando por isso. Então, infelizmente é isso. Não temos essa coisa de fazer alguma coisa legal.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês ainda são o primo rico da DCAV, que é a prima pobre.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É. Mais ou menos.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - A DCAV está caindo aos pedaços lá.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É. Está caindo aos pedaços. Está caindo aos pedaços.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos lá sexta-feira, na DCAV.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - A DCAV é um prédio velho. É verdade, é verdade, a gente está...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Velho. Conheço bem lá. Sofá furado.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Mesa e cadeira um com o pedaço do outro.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É. Nesse ponto nós estamos até um pouco privilegiados.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Ah vocês são, porque a estrutura de vocês é bem melhor.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Mas o prédio ali, por enquanto... Já estão querendo tomar o prédio da gente, já estão querendo fazer uma obra lá onde é a DCAV para levar a gente pra lá. (*Risos.*) Então, até aí não quer dizer nada. Estão querendo botar lá a Primeira DP. Sei lá a 4ª DP. Estão querendo voltar para lá para aquele prédio que tinha sido a 1ª DP. É isso que é a Polícia!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - A Polícia sofre.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É sofre. Mas falando do Conselho Tutelar. A gente acabou de falar do Conselho Tutelar no Brasil. A gente critica muito o Conselho Tutelar, porque a gente liga, é uma dificuldade tremenda e quando vem, às vezes tem que ser quase ameaçados. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - É mesmo?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É verdade, se não ameaçar... Tivemos um problema recente da delegacia. Recente. Uma menina chegou falando da mãe. Brigou com a tia e aí chamou o Conselho. A Delegada, Dra. Bárbara,



chamou o Conselho Tutelar. A menina ficou quase o dia todo na delegacia, para o conselho chegar. E ele chegou porque a doutora...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Conselho de onde?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Do centro. Do centro da cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Logo o do centro, que é o funciona melhor?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É, mas não é essa coisa, não.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Era, não é?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - É uma vergonha. Todos eles são uma vergonha, porque na verdade não cumprem a obrigação deles. Eles não cumprem. Eles não cumprem a obrigação deles. É aquilo, eles não têm esse... O que eles deveriam fazer, eles não fazem. Tratar as crianças, dar apoio. Não tem nada disso. Até hoje eu não sei a fundamentação do Conselho Tutelar. Eu não entendo o que é o Conselho Tutelar. Tem que mudar essas coisas, tem que mudar muito.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - O que está faltando ao Conselho Tutelar é ter uma fiscalização em cima. Falta fiscalização, e a preparação dessas pessoas, porque hoje o Conselho Tutelar está sendo usado como...

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Cabide de emprego, talvez.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Não. Não é só cabide de emprego, pior ainda, né? Eles são cabos eleitorais de políticos.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Também.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Então, ele acha: "não, me botou aqui o fulano..". "Ele fez eu ganhar." O político quer que o Conselho Tutelar vá de casa em casa, que faça assistência, que pegue a ficha, os endereços, *e-mails* para fazer a mala direta e ter aquela... para que o político possa entrar. Então, nós temos de resolver isso. Nós temos que fazer uma grande discussão no Congresso Nacional sobre a questão dos Conselhos Tutelares. A nossa Presidenta da CPI, a Deputada Erika Kokay, já tinha discutido isso. Ela fez um projeto regulamentando algumas coisas para o conselheiro, que são as garantias, os direitos, férias, essas coisas. Mas o principal é saber a função do Conselho Tutelar. Para que serve? Qual é a atribuição real do Conselho Tutelar? Por que, enquanto não for discutido isso e não tiver normas, e não tiver pessoas preparadas... Às vezes conselheiros têm até



boa vontade, mas não conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, não sabem como lidar com certas situações na hora. Por isso às vezes as dificuldade de vocês são essas, né? E é complicado. É complicada essa questão. Isso é para ser rediscutido. Nós queremos discutir isso com o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Se a gente conseguir falar com o Prefeito, vamos discutir essa situação, porque tem que partir dali, já que os Conselhos são ligados ao Conselho Municipal, temos que discutir essa questão e saber o porquê também, porque os conselheiros reclamam muito. Toda vez que a gente chama o conselheiro que está lá para participar de uma reunião com a gente, eles saem daquilo que nós estamos discutindo para falar de infraestrutura, que eles não têm isso, que eles não têm aquilo. E realmente, nós fizemos uma investigação em todos os Conselhos do Rio de Janeiro. Maristela foi fazendo essa checagem. Nós vimos Conselhos que não tinham nem água para oferecer para criança, não é? Não tinham condição alguma nenhuma de atender uma criança, de receber um pai, uma mãe naquele local. Tinha Conselho... Aquele lá que funcionava dentro do...

(Não identificado) - Pinel?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Do Pinel?

(Não identificado) - Não, não é Pinel, não, é aquele lá do Méier.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Também outro do Méier. Isso. Dentro do hospital psiquiátrico. Entendeu? Uma loucura isso! Então, onde pode colocar uma salinha do Conselho Tutelar eles colocam, e não é bem assim, ele deveria ser um braço direito. Eu acho que os Conselhos deveriam trabalhar perto do fórum, de alguma coisa. Cada local se tem uma comarca, tem um fórum do Ministério Público, ali perto deveria estar o Conselho Tutelar, perto da polícia para ser um braço direito, para poder agilizar o trabalho de vocês e também do conselheiro tutelar e valorizar o trabalho do Conselho Tutelar. Essa é outra questão que nós temos que discutir, a CPI vai discutir. Nós temos que fazer uma audiência pública e agradecer a colaboração de vocês.

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Tem mais alguma coisa para acrescentar?

O SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Não. Tudo bem.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Liliam Sá) - Eu gostei da sugestão. Nós vamos continuar o nosso trabalho. Está muito tarde, nós temos que fazer ainda uma ação, nós vamos fazer uma diligência.

Não havendo mais nada a acrescentar, eu dou por encerrada esta audiência, pedindo que você leve o meu abraço para Graziela Costa, Ebenézer?

Obrigada, obrigada, Superintendente.

Marisa, muito obrigada pelo seu carinho e o seu apoio.

A SRA. MARISA DREYS - Obrigada à senhora.